



# CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DE MINAS

---

## PROJETO DE LEI 54/2022

Projeto de Lei 54/2022, que “Estima Receita e fixa as Despesas do Município de Bom Jardim de Minas para o exercício financeiro de 2023 e dá outras providências.”

### **Emenda 01 (Supressiva, Modificativa e Aditiva)**

Fica reformulado o artigo 5º do Projeto de Lei em tela, passando então a contar com a seguinte redação:

Art. 5º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais suplementares até o limine de 25% do montante da despesa fixada nesta Lei, mediante utilização do recurso de anulação de dotações e excesso de arrecadação, conforme dispõe o inciso I e III do §1º do artigo 43 da Lei 4.230 de 17 de março 1964.

I – abrir créditos suplementares até o valor correspondente ao superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2022, observado o disposto no inciso I do §1º e no § 2º do artigo 43 da Lei 4.230 de 1964.

II- Os atos de abertura de crédito suplementar de que trata o caput deste artigo deverão ser encaminhados pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo, para o conhecimento e acompanhamento, até o 20º dia do mês subsequente, juntamente com os balancetes.

**Parágrafo Único:** Poderá o Chefe do Poder Executivo Municipal inserir natureza de despesa em categorias de programação já existentes.



# CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DE MINAS

## IUSTIFICATIVA

Conforme recomendação do parecer de nossa Assessoria Jurídica, não é adequado que o orçamento autorize o Executivo a realizar qualquer operação de crédito de forma genérica, sendo necessário que cada operação seja autorizada através de um Projeto de Lei específico, para melhor análise do Poder Legislativo quanto à sua conveniência e para resguardar a preservação do Erário Público.

A emenda promoveu a aglutinação do caput com o atual inciso I; suprimindo o contido no inciso III, ficando o inciso I com o texto do inciso II e o inciso II passando a contar com o texto acima descrito.

Dessa forma, o inciso II foi acrescido de um texto que permite maior segurança ao legislativo, já que assim o Executivo dará ciência ao Legislativo das ações realizadas.

Já o inciso III foi suprimido por ser redundante e por consequência tornar-se desnecessário, tendo as assessorias contábeis do Executivo e do Legislativo concordado com a supressão.

Ressalta-se ainda a legalidade do teor do atual inciso I, uma vez o legislativo terá condições de verificar o valor ao final do exercício, sendo essa uma sugestão dada pelos assessores contábeis da planejar, aplicada em diversos municípios objetivando facilidade e celeridade.

Sala das Sessões, 23 de novembro de 2022.

### **Comissão de Finanças, Orçamentos e Tomadas de Contas:**

  
Alexsandro de Almeida Nardy

  
Mateus Carvalho Vitoriano

  
Pedro Vanderli de Rezende